TL3295

SITUAÇÃO POLÍTICA CRIADA EM TIMOR COM O "25 DE ABRIL"

CAMARADAS!

Desencadeado no quadro das contradições acumuladas pelas guerras de libertação desenvolvidas pelos povos de Angola, Guiné e Moçambique e pela luta de classes em Portugal, o "25 de Abril" desembocou em Timor sem qualquer suporte conflitual agudizado no interior da sua formação social. A mudança táctica operada em Portugal aparece, assim, como que em contra-lógica a impôr transformações numa estrutura colonial que não fora forçada a aceitar sequer a explicitação da sua necessidade. As classes estavam aparentemente paradas; o aparelho, embora em permanente crise, funcionava. Os latifundiários do café lá iam adquirindo mais uma casa de rendimento em Lisboa; os grandes comerciantes chineses mantinham a liberdade de irem exportando os seus super-lucros para a Formosa, Singapura ou Hong-Kong; os liurais conservavam os privilégios que a administração colonial entendeu depositar nas suas mãos para mais eficazmente estabelecer a sua dominação; os funcionários públicos assimilados continuavam a olhar de dois em dois anos em direcção a Lisboa espreitando novo aumento de vencimentos que iria acentuar a solidariedade de interesses com o statu quo; finalmente, os funcionários portugueses civis e militares asseguravam a chefia do aparelho administrativo à custa de elevados vencimentos e corrupção.

Não esqueçamos que Timor é um elo ideológico funcionando com o seu peso específico no contexto da aplicação dominante da exploração colonial em Angola e Moçambique, e que não se formaram nesse território as condições materiais e subjectivas para o aparecimento duma prática libertadora com um mínimo de agressividade política. Este facto vai dar origem, a exemplo de S. Tomé e Príncipe, entre outros, à utilização de uma grande margem de manobra por parte da nova direcção burguesa do país para impôr uma solução inteiramente coordenada com os seus interesses de classe. Interesses de classe que, em Timor, se poderão traduzir também pelo suicídio da posição colonial ou/e neo-colonial portuguesa em favor da burguesia mais apetrechada para o exercício efectivo da dominação neo-colonial - a Indonésia.

Veremos mais adiante este assunto pois, por ora, importa referenciar os pontos mais marcantes dos efeitos produzidos pelo "25 de Abril" em Timor.

Apesar de a contra-gosto, tudo se resume, de início, à permissão de referendar, no prazo de um ano, três opções entretanto constituídas e oferecidas à dita livre escolha do conjunto da população:

A União Democrática Timorense (UDT), partidário do statu quo, é formada por colonos, liurais e funcionários assimilados e europeus assentando nas estruturas políticas da ANP.

A Associação Social Democrata Timorense (ASDT) a bater-se, inicialmente, por uma independência formal com base nos interesses de classe de uma fracção minoritária de assimilados.

A Associação Popular Democrática Timorense (APODETI) preconizando a saída neo-colonial indonésia.

Era chegada a hora profética "de cada um escolher o futuro" e a retórica do poder tudo invade. Sabê que adiantar-se significa manter o controle, formar um condicionamento ideológico que não permita a libertação de iniciativas que representem os interesses da massa camponesa.

Tudo serve para fabricar"razões de segurança". A reacção popular, diz-se, é uma inquietação. Teremos um Angola-61? Pelo sim, pelo não, vale a pena um pouco de histeria que um ou outro ajuste de contas com o inimigo imediato (o comerciante chinês do interior ou dos subúrbios de Díli) ajuda a justificar. Esta frágil burguesia conhece neste período certo pânico e intenções de auto-defesa. Na emergência, o poder sabe corresponder: apadrinha pessoalmente o chamamento às armas feito pelo régulo de Maubara, senhor feudal de "mil catanas erguidas pela gloriosa bandeira das quinas"; engrandece o poder dissuasor das 6000 mil catanas que teriam (terão?) entrado no reino do senhor de Atsabe e fornecidas, ironias das ironias, por um grande comerciante chinês.

Os dados estão, pois, lançados para que o governo conserve o controle suficiente da situação e imponha a adaptação superficial das estruturas coloniais ao novo modo neo-colonial de por as coisas. A chantagem está no ar e tudo envolve. A UDT de nada precisa senão de fomentá-la pois o jogo é por enquanto integralmente do seu interesse; a APODETI lá vai fazendo do Spínola("salvador da pátria") que permitiu a possibilidade de o povo vir aser indonésio pois o investimento político que é portador não exige rapidez de execução para o projecto; a ASDT é manipulada pelo cerco que a faz partir à descoberta da caminho para a independencia neocolonial dos assimilados, moderados como convém a uma boa promoção, caçadores de bolsas australianas, neo-zelandezas e, pasme-se, formsinas para a formação de elites necessárias à credibilidade da operação. Todo o resto são facilidades: Os capitais japones e australo-americano concedem esperanças e o governo indonésio acaba por selar a sua aceitação através de uma mensagem elaborada em cizcumstancias muito duvddosas.

CAMARADAS!

Deixemos a ASDT na fase que descreviamos para uma referencia mais detalhada a atitude do governo de Suharto.

Contaetos oficiosos entre as duas administrações revelham conclusões bem diferentes: "qualquer situação de vazio da autoridade dará origem à nossa intervenção". Qulaquer vazio de autoridade que pode naturalmente po representar a saida por parte algum dos intervenientes do condicionamento que o poder impôs. Em primeira análise, é possível distinguir nesta fase

de regência do 1º Governo Provisório porta aberta para a aplicação das seguintes três propostas:

- Continuação do estatuto da colónia
- Integração na Indonésia
- Independência subordinada aosbinteresses estratégicos da zona de influência javanesa.

Esta, lembremo-lo, começa a formar-se em 1945 numa fase de nova partilha do mundo e em que são aproveitadas as contradições acumuladas pela derrota japonesa, pela incapacidade de a Holanda se adaptar como potência neo-colonial às novas formas de dominação e pela estratégia yankee vendo a longo prazo no enfraquecimento da exploração colonial clássica espaços económico-políticos manobráveis a seu favor.

Esta Indonésia post-45 da "Unidade na Diversidade" desenvolveu-se com base na macrocefalia javanesa instituída pelo colonialismo holandes para cobrir a sua dominação num vasta campo insular constituído por povos com diversas situações historicas, sociais, políticas e culturais.

O mitico acordo tripartido que vigorou no consulado de Sukarno permitiu a formação primitiva de capital e uma luta acesa entre as classes que desenbocou num mortífero e sanguinário ataque desencadeado pelas forças armadas para abrir o aceeso directo ao poder político por parte da fracção financeiro-industrial do capitalismo agora desinteressado do jogo de acumulação em sistema de livre concorrência.

CAMARADAS!

Não se passa sem referir o apoio yankee, lúcido animador do processo e da matança indiscriminada das massas populares e organismos da esquerda. Trata-se de um acontecimento político que ultrapassou, inclusivé, todas as margens toleráveis pelo próprio bom senso burgues, e que nem no Chile tem paralelo na História recente. Evocá-lo aqui é sempre um dever de manifestação da memória internacionalista que os povos nunca devem deixar começar.

Os anos subsequentes ao massacre do povo indonésio foram marcados pelo alargamento e reforço dommodo de produção capitalista que começa a integrar as margens apoiado, agora mais intimamente, numa sólida coesão de interesses com o imperialismo.

As manifestações violentemente repressivas da autocracia no poder, o militarismo que impregna todo o funcionamento da sociedade, a fobia anti-comunista são, não nos admiremos, o modo adequado de exercício do poder para garantir a reprodução do sistema nas margens da metrópole javanesa e para consolidar o poder do capital nacional em perfeita conexão de classe com o capitalismo internacional.

Mas esta reprodução alargada do modo de produção capitalista tem provocado algumas reacções por parte dos povos submetidos à opressão do

do centro javanês. A metade ocidental da Nova Guiné é percorrida por uma luta clandestina desenvolvida com grandes dificuldades e dureza com o objectivo de criar uma única pátria com o povo que habita a metade oriental independente, desde há pouco, do "proteccionismo" australiano. Em algumas outras ilhas manifesta-se também certa contestação do poder e em Samatra e Bornéu permanecem bolsas guerrilheiras, sobreviventes do massacre e prosseguindo o combate numa base ainda estritamente auto-defensiva.

Nestas condições, não será difícil aceitar a conclusão de que uma uma independência sem novos exploradores perseguida e conquistada pelo povo timor seja interpretada como uma ameaça de flanco que o centro javanês não estaria interessado em tolerar. A animação política de classe produzida nas margens oprimidas fomentaria a desagregação da "unidade nacional" capitalista e uma intensificação das lutas no interior da formação social com centro em Java.

Não tenhamos dúvidas de que é neste contexto que se informa a posição indonésia. Os seus desígnios anexacionistas, antes postergados para um futuro não datado, estão agora na ordem do dia porque Portugal se desinteressou de representar "a estabilidade na área".

Voltemos um pouco atrás.

Ao fim do 1º mês de "25 de Abril" estava pois constituído o leque de opções já referido, conferia-se especial audiencia ao grupo UDT, reorganizava-se a escuta telefónica e a violação do sigilo da correspondência e eram ameaçadas ou reprimidas as primeiras iniciativas de soldados e oficiais milicianos no sentido de um aproveitamento do novo espaço político.

A chegada a Díli de uma delegação do M.F.A. criava finalmente a ilusão de que a situação iria ser estruturalmente resolvida de um modo ao menos compatível com as conquistas fundamentais efectuadas pelo povo em Portugal. Tal não aconteceu, naturalmente. A missão de tal delegação afirmou-se pelo reforço de poderes do sinistro chefe do Estado Maior do CTIT e pela tentativa de reabilitação do corrupto e demagógico governo do Marcelista Aldeia.

Tal visita é saldada por uma série de depurações que atingem, primeiro, um major que é transferido para Moçambique, depois de alguns soldados acusados de liderarem levantamentos de ranchos com intenções políticas (são dispersos e isolados em diversas zonas do interior) e, finalmente em fins de Julho, três alferes milicianos, dois dos quais em comissão civil são passados à disponibilidade e o outro transferido para Moçambique, e alvo de clinicamente cobarde processo disciplinar apenas algumas horas antes da partida.

Este procedimento insere-se numa linha que visa impedir a tradução

prática da solidariedade de interesses entre os povos timor e portugues e impõe-se através de medidas de policiamento exercidas sobre os elementos mais activos.

Entretanto, o que era incerto na linha política do Governo Portugues numa primeira fase apoiando os projectos federalistas, embora com nuances demonstrativas da aceitação da saída indonésia, acaba por ter clara elucidação, após a formação do 2º Governo Provisório pelas declarações prestadas pelo Ministro Almeida Santos ao Expresso:

"Um transatlantico parado...(que) muita despesa tem custado a Portugal...(e perante oqual) nem a Indonésia está disposta a arcar responsabilidades para (sua) manutenção".

A quebra do sigilo em que eram rodeadas as posições governamentais é preludiada por convulsões no interior do grupo UDT e pelo aparecimento de uma tendência fraccionista(maioritária) que, perdidas as esperanças, manobra, já em princípios de Julho, para uma posição aberta à independencia. Àquelas declarações do Ministro segue-se uma campanha utilizando todos os canais burgueses de comunicação para a promoção do interesse indonésio: visita de um dirigente do grupo APODETI que dá origem a diversas pronuncias, declarações do Ministro dos Negócios Estrangeiros Adam Malik e do vice-presidente da Assembleia Nacional e, finalmente o encontro que reuniu em Djacarta os primeiros Ministros da Australia e da Malásia com Suharto e que se saldava por um acordo unânime quanto ao valor estratégico desta metade da ilha (a imprensa australiana falava já dos perigos do rompimento da estabilidade na área através da formação de uma Cuba neste extremo da Insulindia).

Ora, segundo as palavras do Ministro, não se justifica que Portugal continue nesta fase de desenvolvimento das forças produtivas a assumir o peso económico-político da soberania colonial em Timor:"muita despesa tem custado a Portugal", disse. Esta síntese condensa perfeitamente a ilustração da verdadeira política do Governo Provisório quanto às colónias.

Inicialmente numa base referendatária que financiava as saídas federalistasou/e independência formal não obtém conteúdo que lhe permita aplicar-se num terreno fortemente marcado pela força político-militar do PAIGC e da FRELIMO; evolui posteriormente com a clara noção de que não pode aceitar o seu próprio suicidio mantendoouma arbitragem em Angola que lhe deve possibilitaro controle imperialista da sua egonomia ajustando-se em Cabo-Verde à realidade Guiné-Bissau mas preparando-se para uma nova arbitragem num campo de concentração que lhe é desfavorável, silenciando S.Tomé e Príncipe onde as manobras do cacau e do café são exercitadas pelo grupo CUF e abrindo a porta em Timor à anexação indonésia que, insinua o Ministro, só por esmola aceitará "arcar com as responsabilidades (da sua) manutenção."

Se algumas dúvidas pudessem persistir acerca do suporte neo-colonial

ista das posições deste Governo, Timor serve para o demonstrar exemplarmente.

Afinal, todos os manejos autocráticos, a violação do sigilo da correspondência, a escuta telefónica, os saneamentos ao contrário, as depurações o uso e abuso das "razões de segurança" as reacções após a transmissão da gravação de um canto livre dedeicado à libertação das colónias as obstruções à libemdade de imprensa, os jogos labiriticos tendentes a impedir a ASDT de se sintonizar políticamente num claro programa libertador veiculado no interior do povo timor, as ameaças de repressão e as chantagens exercidas sobre a comissão de defesa dos trabalhadores que pela primeira vez fazia a tentativa de pôr em movimento a incipientíssima classe operária timor, tudo isso encobria a gritante traição dos interesses fundamentais do povo.

CAMARADA!

Seria de esperar outra coisa?

Seria de esperar outra coisa de tal Governo que não formula qualquer espécie de responsabilidade para com o povo timor e impede a criação de estruturas que exprimam a sua libertação sem novos exploradores?

Seria de esperar outra coisa de um Governo que fazendo o balanço da sua administração vota categóricamente pela unica saída de classe compatível com os interesses que representa?

seria de esperar outra coisa de um Governo que transfere o seu desinteresse de classe para as mãos de uma outra burguesia geográfica e políticamente interessada e baseando-se numa hipocrisia intolerável que coloca o capitalismo indonésio na posição de generoso protector do povo timor?

Mas, a última palavra do Governo está para vir. Assim, em princípios de Setembro, o Ministro ensaiava nova atitude, desta vez fazendo o elogio do federalismo luso-timorense. Tudo indica agora que o segredo da diplomacia portuguesa repónsa num jogo de oscilações programáticas entre duas formas de neo-colonialismo; objectivamente, elegem-se oficiosamente duas linhas permitindo que a opção independência se incorpore como satélite controlado por qualquer das outras. O poder consegue desta maneira evitar situar-se como interlocutor nítido para o movimento para a independencia.

Simultaneamente e após a transformação da Associação Social Democrata Timorense na Frente Revolucionária do Timor Leste Independente inicia-se o ritual de uma guerra santa contra a Frente, na Rádio e Imprensa, inventando a iminencia da invasão indonésia, dificultando a deslocação de povos do interior e criando um clima de coacção sobre os membros mais activos da FRETILIN.

Não podemos deixar de extrair as urgentes conclusões políticas que

se impõe e sensibilizar os camaradas aqui presentes para a importância do combate a desenvolver em Timor e aqui. O tempo perdido por todos nós tem oferecido campo de manobra para sufocar uma actuação política de acordo com os interesses do povo timor. Cabe-nos unir esforços para:

- Introduzir o problema colonial de Timor na luta de classes em Portugal visando um combate de elevado teor internacionalista pelos interesses históricos actuais do povo timor.

- Construir uma base sólida de luta com os povos irmãos de Angola, Guiné e Cabo-Verde, Moçambique e S.Tomé e Príncipe.

- Sensibilizar todos os movimentos coerentemente anti-colonialistas e internacionalistas para a divulgação e acção militante em torno dos problemas fundamentais do povo timor.

- Desenvolver uma campanha internacional junto dos povos que tenham conseguido erigir uma luta radicalmente anti-colonialista e internacionalista para a compreensão e apoio da luta pelos objectivos estratégicos do povo timor.

- Apoiar críticamente a FRETILIN como a vanguarda política do povo na compreensão das enormes dificuldades que cercam a sua actuação e na purificação evolutiva da sua linha política, divulgando a sua luta e ideário estratégico.

- Aproveitar o espaço político criado pelo 28 de Setembro e a derrota da fracção spinolista dominante em Timor para impôr a independência sem novos exploradores como caminho único e compatível com os interesses do povo timor, destruindo a presença do interlocutor indonésio e os seus satélites australiano e malaio da esfera de decisões sobre Timor e impondo a sintonização do Governo Português como interlocutor exclusivo da FRETILIN.

- POR UM TIMOR INDEPENDENTE SEM NOVOS EXPLORADORES

- POR UMA ALIANÇA COM OS POVOS DE PORTUGAL, GUINÉ E CABO-VERDE, S. TOMÉ E PRÍNCIPE, MOÇAMBIQUE E ANGOLA.

- POR UM INTERNACIONALISMO MILITANTE ASSENTE NA ALIANÇA ESTRATÉGICA COM TODOS OS OPRIMIDOS